

## A importância do curso profissionalizante contra o desemprego

Alexandre Farhan (\*)

Recentemente ocorreu em São Paulo o mutirão pelo emprego, organizado pelo Sindicato dos Comerciantes

O resultado dessa ação foi uma impressionante fila de 15 mil pessoas, que esperavam pacientemente, algumas desde a madrugada, por uma chance de recolocação profissional frente a pelo menos 6 mil ofertas de vagas. Diante dessa cena melancólica e do abatimento dos desempregados, um dos grandes problemas constatados, por especialistas, foi que muitos que lá estavam poderiam já estar plenamente inseridos na força de trabalho se tivessem feito sua capacitação em cursos profissionalizantes.

É notória que essa alternativa de treinamento gera muito mais possibilidades de empregos, e proporciona uma formação específica, formal, sistematizada, permanente e sólida, além de uma série de outros benefícios. Independentemente de alinhamento político-ideológico ou não, o presidente Bolsonaro já havia tocado nesse tema, enaltecendo a importância da educação profissional para os brasileiros.

O próprio mandatário havia falado da obsessão dos brasileiros pelo diploma de curso superior e que seria melhor se muitos deles buscassem o ensino profissionalizante para atuar, por exemplo, em consertos de eletrodomésticos ou mecânica de automóvel. Isso, por sinal, é o que ocorre em países desenvolvidos. Ele admitiu que no período em que ainda era tenente fez curso de manutenção de máquina de lavar roupa e de geladeira.

O líder do Executivo disse ainda que se quisesse viver desses trabalhos ganharia no mínimo uns R\$ 12 mil por mês. É fato, que se formos procurar exemplos de trabalhadores bem-sucedidos, como por exemplo, cabelereiros, cozinheiros, mecânicos de autos, funileiros, pedreiros, marceneiros e outros, encontraremos em abundância casos de sucesso financeiro e pessoal.

O que o governante falou de fato não é novidade para muitos brasileiros, que no momento têm seu sustento e bem remunerado por meio de seus respeitados ofícios. É fácil perceber que há muita falta de mão-de-obra capacitada em vários setores e isso ocorre em todos os segmentos da economia. Em boa parte, no Brasil, operários de 'chão-de-fábrica'

não têm formação profissional para às vezes operar máquinas que custam milhões de reais como é o caso da indústria do plástico.

Por sua vez, empresários e executivos ficam receosos de contratar empregados sem a mínima competência para comandar máquinas, que lhes exigiram grandes investimentos. Há também a questão da segurança, pois alguém mal instruído pode até gerar incêndios ou outras tragédias semelhantes. Vale citar aquela história em que ninguém gostaria que qualquer um comandasse o avião se fosse passageiro. Se é assim, o empresariado mais exigente também não vai deixar qualquer um dos seus empregados ter nas mãos um patrimônio tão valioso e custoso, inclusive na manutenção.

O sistema 'S' tem fornecido boa quantidade de artifícios para o mercado profissional, assim como algumas ótimas escolas particulares isoladas. Mas parece que por influência de uma cultura tradicional de valorização da universidade, a juventude prefere buscar o tão almejado curso superior, tornando-se muitas vezes uma fixação social de toda a família, especialmente aquelas mais humildes. Inúmeros brasileiros enxergam a faculdade e o jovem, com seu canudo nas mãos, como a solução de todos os seus problemas, isto é, a remuneração digna, o respeito da sociedade, e até um pretenso atestado de inteligência, o que na prática naturalmente não é verdade.

A realidade é que o diploma superior em mãos não significa sempre grandes ganhos financeiros ou mesmo muitas oportunidades de trabalho. Sabe-se hoje que há carreiras do terceiro grau que são extremamente fechadas e até inacessíveis aos formados, e as escolas superiores acabam se tornando verdadeiras fábricas de desempregados diplomados. Já os cursos profissionalizantes respondem à vontade direta das indústrias, comércios e serviços, sem meias palavras, burocracias acadêmicas ou pieguices.

Nós representantes da educação profissional no Brasil temos orgulho de atuar com um compromisso único, o de produzir trabalhadores, operadores ou operários, cada vez mais capacitados para realizar seu trabalho com grande qualidade em benefício de toda a sociedade.

(\*) - É diretor-técnico da Escola LF de cursos profissionalizantes em plásticos (escolalf.com.br/cursos).

# Senado celebra regulamentação da Lei Brasileira de Inclusão

O presidente da República, Jair Bolsonaro, anunciou na última quinta-feira (11), 18 decretos e projetos relacionados às ações dos 100 primeiros dias de governo

Um deles é o que regulamenta os artigos 51 e 52 da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), estabelecendo critérios para a adaptação de carros para se tornarem acessíveis e, assim, circularem como táxis e integrarem a frota de locadoras de veículos. O texto se refere apenas a essas modalidades de transporte de passageiros por serem as duas previstas na LBI.

As empresas de táxi devem ter 10% de sua frota composta por veículos acessíveis à pessoa com deficiência, sem que haja cobrança diferenciada de tarifas ou valores adicionais pelo serviço. Já as locadoras de veículos ficam obrigadas a oferecer um carro adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 automóveis de sua frota. Autor da LBI, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse estar feliz com o fato de o governo ter entendido a importância de assegurar os benefícios.

"Parabéns essa iniciativa e espero, o mais breve possível, a regulamentação, principalmente, do artigo 2º, em que a avaliação da deficiência precisa ter caráter biopsicossocial e ser realizada por uma equipe multiprofissional e interdisci-



Para Mara Gabrilli, a regulamentação é um avanço, mas ainda falta explicar na lei o conceito de deficiência.

plinar". Já o senador Romário (Pode-RJ), que foi o relator, entende que a regulamentação desses artigos é benéfica e atende a interesses legítimos das pessoas com deficiência.

"Essa medida do governo é mais uma etapa da longa luta em favor das pessoas com deficiência. Contribuí para a independência delas e, assim, vamos avançando nesse trabalho", disse Romário ao destacar a frustração de quem

não consegue pegar um táxi na saída de uma rodoviária ou shopping, por exemplo, nem alugar um veículo para sua própria locomoção. Relatora da LBI quando era deputada federal, a senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) aponta que a regulamentação é um avanço, inclusive com a previsão do carro alugado adaptado tanto para o transporte de passageiro, como para a ser conduzido por uma pessoa com deficiência.

Mara Gabrilli também considerou que ainda falta a principal regulamentação da LBI: a explicitação do próprio conceito de deficiência, com os critérios para o modelo de avaliação biopsicossocial. Em 1994, Mara sofreu um acidente de carro que a deixou tetraplégica. Ela é a primeira brasileira a integrar o Comitê da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, no período de 2019 a 2022 (Ag.Senado).

## Kim Jong-un, líder da Coreia do Norte é reeleito pelo Parlamento

O Parlamento da Coreia do Norte reelegeu Kim Jong-un como o presidente do mais alto órgão governamental do país. A Coreia do Norte convocou a Assembleia Suprema do Povo na quinta-feira (11), após a eleição de seus membros que ocorreu no mês passado. A imprensa estatal norte-coreana informa que o Parlamento reelegeu Kim Jong-un para o cargo mais alto na Comissão de Assuntos de Estado.

Kim foi eleito para o posto pela primeira vez em 2016. Entretanto, ele não estava na lista de representantes recém-eleitos para a assembleia, o que levou analistas a especularem que Kim deve assumir uma nova posição recentemente criada. Um dos assistentes mais próximos a Kim, Choe Ryong Hae, foi nomeado presidente do comitê administrativo da Assembleia Suprema do Povo — o novo chefe de Estado cerimonial. O posto era ocupado por décadas por Kim Yong Nam, agora com 91 anos de idade (ANSA).

## Líder da maioria será o relator da proposta do Orçamento Impositivo

O presidente da CCJ da Câmara, Felipe Francischini (PSL-PR), indicou na sexta-feira (12) o líder da maioria, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), para ser o relator da proposta do Orçamento Impositivo. A matéria prevê que o governo federal seja obrigado a liberar a verba de emendas parlamentares de bancada para ações previstas no Orçamento. As chamadas emendas de bancada são as apresentadas por deputados e senadores de cada estado para ações específicas naquelas unidades da Federação.

A proposta foi aprovada pelo plenário do Senado aprovou na semana passada. Como o texto teve alterações em relação ao aprovado pelos deputados em março, a proposta terá de ser analisada novamente pela Câmara. Francischini disse que a prioridade é a votação do parecer do relator da reforma da Previdência, deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), apresentado no último dia 9. O relatório foi pela admissibilidade do texto enviado ao Congresso pelo presidente Jair Bolsonaro.



Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)

"No entanto, vou conversar com os líderes dos partidos para que possa avaliar a inclusão na pauta desta semana", afirmou. O líder do PSL na Câmara, Delegado Waldir (GO), disse que está sendo construído o diálogo entre os líderes partidários e o presidente da CCJ para uma possível inversão de pauta no colegiado para que a o Orçamento Impositivo seja apreciada antes da reforma da Previdência. "Não tem problema votar, desde que não haja prejuízo para votação da reforma da Previdência na CCJ", afirmou.

Nesta segunda-feira (15), será convocada reunião extraordinária da CCJ para iniciar o debate. O tempo de fala de cada deputado foi reduzido para permitir que mais parlamentares participem. Dessa forma, os integrantes da CCJ terão dez minutos e os não membros, cinco minutos cada, com no máximo 20 deputados não membros. Até o início da tarde de sexta-feira, 85 deputados, entre membros e não membros do colegiado, já se inscreveram para falar. O número deve aumentar porque as inscrições estão abertas até segunda-feira (ABR).

## Amin: orçamento impositivo 'não prejudica' o governo

Em entrevista ao programa Salão Nobre, da TV Senado, o senador Esperidião Amin negou que a proposta prejudicaria o governo, ao determinar a execução obrigatória de emendas de bancada no Orçamento da União. "Não foi uma coisa contra o governo, é uma evolução", afirma.

Amin, que foi relator da matéria, argumentou que "o presidencialismo com sistema partidário fragmentado levou a um fisiologismo e a um clientelismo que resultaram nesse número de escândalos". Segundo ele, a medida acaba com o "toma lá, dá cá", prática que ele definiu como troca de emendas parlamentares por votos em projetos que interessam ao governo.

Desde 2015, as emendas individuais dos parlamentares são impositivas, medida que o Congresso quer ampliar para as emendas das bancadas estaduais. O texto foi aprovado na Câmara em março, veio para o Senado, mas voltou para a Câmara, porque foi modificado. Ele prevê que as emendas sejam



Senador Esperidião Amin (PP-SC)

liberadas no limite de 1% da Receita Corrente Líquida da União, limite que é gradual e vai ser atingido em 2021.

Para Amin, a proposta também significa uma nova configuração no pacto federativo, pois descentraliza os recursos. "É uma maneira republicana que existe nos países democráticos para aspergir o recurso pela federação, já que os recursos estão dramaticamente concentrados em Brasília", afirmou (Ag.Senado).

## Witzel: desabamento é um retrato da 'falta' de fiscalização

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, disse que o desabamento dos prédios, na manhã de sexta-feira (12), na zona oeste da cidade, é retrato da falta de fiscalização por parte do município. Segundo ele, não se pode culpar apenas a gestão atual. Afirmou ainda que esse tipo de fiscalização não cabe ao governo do estado.

"Esse prédio que desabou é um retrato da falta de fiscalização por parte do município. O estado não tem poder de fiscalizar edificações. São edificações que tem que ser coibidas pelo município. Agora, se a área era uma área de milícia como está sendo dito, no nosso governo estamos combatendo todas as áreas de milícias", disse.

Witzel afirmou que a Polícia Civil trabalha para identificar as milícias que atuam na região do desabamento. A prefeitura informou hoje que o prédio que desabou já estava interditado desde o ano passado, mas que



A prefeitura informou que o prédio que desabou já estava interditado desde o ano passado.

o controle de milicianos sobre a região dificulta a atuação municipal. "Nossa solidariedade por essas famílias e nosso sentimento de profundo pesar pelas perdas das vidas humanas, inclusive uma criança de 7 anos"

O vice-governador, Cláudio Castro, disse que a polícia pren-

deu pessoas que trabalhavam na construção de prédios irregulares como o que desabou, mas ainda não identificou os responsáveis pelas obras.

"Vão ter que ser ações coordenadas. Não só governo municipal e estadual, mas também Ministério Público e Justiça" (ABR).

## Tecnologia para detectar motorista drogado

O Ministério da Justiça e Segurança Pública decidiu instituir um grupo de trabalho para estudar a viabilidade de utilizar tecnologias de screening (rastreamento) para detecção de motoristas dirigindo sob efeito de substâncias psicoativas. A portaria instituindo o grupo de trabalho está publicada no Diário Oficial da União de sexta-feira (12).

Ela prevê que os seus integrantes terão um prazo de 12 meses para conclusão das atividades e, em seguida, apresentarem um relatório ao secretário Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad). O grupo de trabalho será composto por representantes, titular e suplente, da Senad, da Secretaria Nacional de Segurança Pública e da Polícia Rodoviária Federal. O trabalho será coordenado pelo representante da Senad (ABR).